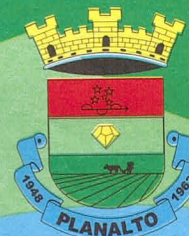




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO



CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

CÂMARA DE VEREADORES
DE PLANALTO - RS
APROVADO

PROJETO DE LEI Nº 103/2026

POR unanimidade
EM 05 / 09 / 26

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO
ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PRESIDENTE
CRISTIANO GNOATTO, Prefeito do Município de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 113.764,44 (Cento e Treze Mil Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos) nas seguintes rubricas orçamentárias;

Órgão: 13 – Saúde –

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ: 2026 – FMS – Recurso Federal –

Fonte: 1621.4011 – Incentivo a Atenção Básica –

Elem. Despesa: 3390.30.00.00.00.00 Material de Consumo

R\$ 50.000,00

Elem. Despesa: 3390.33.00.00.00.00 Passagens e Desp. com Locomoção R\$ 63.764,44

Parágrafo único. Para a cobertura do Crédito Especial ora autorizado, servirá de recurso a receita contabilizada no exercício de 2026 como 1723.50.0.1.22.00.CO FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO INTERMUNICIPAL não previsto no Orçamento de 2026, conforme Portaria SES nº 90/2026, de 18 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto – RS, 28 de agosto de 2026.

CRISTIANO GNOATTO
Prefeito de Planalto – RS

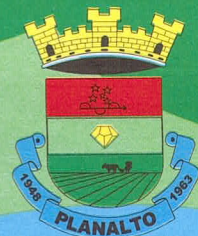
Este projeto de Lei se encontra
examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica
Em 05/09/2026

FERNANDO PAZ
ASSESSOR JURÍDICO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



JUSTIFICATIVA ao Projeto de Lei n.º 103/2026

Senhora Presidente do Poder Legislativo Municipal;
Senhores Vereadores:

Remeto-lhes o presente Projeto de Lei que "Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual".

O artigo 167, II, da Constituição Federal veda a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

O texto constitucional veda expressamente a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; e define que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O parágrafo 8º do artigo 165 da Constituição Federal possibilita, ainda, que a autorização para abertura de créditos suplementares conste na própria LOA, até determinada importância, conforme a chamada "margem de remanejamento" - artigo 7º, I, da Lei nº 4.320/64.

A Lei nº 4.320/64 prevê que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo; e que os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

O artigo 43 da Lei nº 4.320/64 dispõe que abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa; e será precedida de exposição justificativa. Esses recursos podem ser provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; de excesso de arrecadação; de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; e do produto de operações de crédito autorizadas.

A aprovação do presente projeto de Lei, faz-se necessário, uma vez que não consta no Orçamento atual, os elementos adequados para contabilização dos recursos oriundos de repasse financeiro a título CO FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO INTERMUNICIPAL conforme Portaria SES 90/2026, de 18 de fevereiro de 2026.

Esperando contar com a prestimosa atenção desta Nobre Casa de Leis, no sentido da apreciação e aprovação do presente projeto, renovo protestos de elevada estima e consideração.

A consideração dos Ilustres Edis.

Gabinete do Prefeito de Planalto/RS, 28 de agosto de 2026

CRISTIANO GNOATTO
Prefeito de Planalto/RS